

# PLANOS

**SALVAGUARDA VILA REAL DE STº ANTÓNIO**  
NÚCLEO POMBALINO

**PROJECTO URBANO COIMBRA**  
PÓLO III E HOSPITAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Paulo Ormindo Azevedo | Nuno Portas | Donatella Calabi | Horta Correia  
Renata Araújo | Fernando Mello Franco | Phillippe Glazne



SETEMBRO 2005

em cima do mundo  
**eCDJ.9**

# PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ENTENDIMENTO, SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO  
DAS INTERVENÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO.

**E**stas jornadas propõem um desafio nada fácil de resolver. Como preservar o núcleo pombalino desta cidade sem, contudo, congelá-lo? Para resolver esta questão é preciso, em primeiro lugar, discutir qual a essência do núcleo pombalino, quais foram os princípios que presidiram sua fundação e construção para podermos saber como preservá-lo. Em última instância, distinguir o que é substantivo e o que é adjetivo na forma urbana da Vila Real de Santo António.

Como toda cidade-nova a vila resultou de uma decisão política. Mas não obedeceu a nenhum dos motivos clássicos de construção de cidades a partir do nada, ou seja: definição de uma fronteira, como as bastides medievais, inclusive portuguesas; colonização ou recolonização de territórios, como as cidades hispano-americanas; ou criação de novas capitais, como Saint Petersburg, Washington, Camberra, Chandigarh ou Brasília. Na verdade, não decorreu de nenhuma dessas razões em separado, mas um pouco de todas. Resultou, basicamente, da decisão de desenvolver uma região das mais desertas e atrasadas da nação, além das mais golpeadas pelo terremoto de 1755, o Algarve, e por fim às disputas político militares e comerciais com Espanha, estas últimas ligadas à pesca e ao contrabando da sardinha, dando uma demonstração de determinação e força perante o competidor.

A decisão tomada pelo Marquês de Pombal, em 1773, de fundar uma "vila regular" à margem do Guadiana mirando a Espanha, junto à submersa Vila de Santo António de Arenilha era um ato carregado de significados políticos e

simbólicos, como também o fora a reurbanização modernizadora da Baixa de Lisboa, depois do terremoto. Representava, em última instância, o resgate e reintegração do ressuscitado reino do Algarve ao novo Portugal, mediante investimentos públicos e privados, como a criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Algarve e abertura de uma sucursal da Companhia dos Vinhos do Alto Douro na região, dona de grande frota de barcos, além de facilidades fiscais oferecidas a privados.

Estas circunstâncias explicam sua forma, construção acelerada, assim como sua ulterior estagnação. Vila Real de Santo António foi uma cidade pré-fabricada, conceitual e materialmente, em Lisboa. Enquanto o Governador e o Capitão Geral do Algarve se empenhavam em cumprir as ordens emanadas da corte de criar uma "vila regular" à margem do Guadiana, o marquês os atropela enviando de Lisboa, em 27 de janeiro de 1774, a planta da nova vila e os projetos executivos da alfândega e das sedes da Companhia das Reais Pescarias e da Companhia dos Vinhos do Alto Douro, que formavam a fachada da cidade para o Guadiana e a Espanha, e mais das casas de câmara, do assento e do quartel.

Não só seu traço urbanístico e projetos arquitetônicos como a maioria de seus componentes pré-fabricados se fizeram sob orientação do Eng. Reinaldo Manuel dos Santos, diretor da Casa do Risco de Lisboa, responsável pela reconstrução da capital arrasada pelo sismo. A construção de Vila Real de Santo António foi conduzida como uma operação militar, para que tudo estivesse pronto



Vista Aérea de  
Vila Real de Santo António,  
Final de Séc. XX

antes da temporada das sardinhas, em agosto do mesmo ano. Duas companhias do regimento aquarteladas em Castro Marim foram deslocadas para o local para dar apoio logístico e para que seus soldados trabalhassem como peões na construção da urbe (Horta Correia, 1983).

A Vila Real de Santo António é assim ao mesmo tempo um subproduto e a culminação do exercício urbanístico/arquitetônico e de empreendedorismo imobiliário desenvolvidos durante os primeiros vinte anos da reconstrução de Lisboa. Mas não podemos esquecer que essa experiência tinha seus fundamentos em práticas urbanísticas desenvolvidas a partir do século XVI na mesma Lisboa e nas Colônias.

#### A ORIGINALIDADE DE SEU TRAÇO

Mestre Horta Correia, em seu definitivo estudo **Vila Real de Santo António - urbanismo e poder na política pombalina (1984)** e alguns de seus discípulos, como Walter Rossa (1997, p. 308) e Manuel Teixeira (1999, p. 285), já demonstraram as semelhanças e algumas pequenas dessemelhanças de seu traçado com o projeto de 1759 atribuído a Reinaldo Manuel dos Santos para o bairro das Águas Livres, mas preterido. Seu projeto tem que ver também com outros experimentos urbanísticos que se faziam no Brasil na época, em especial na Amazônia e no sul da Bahia. Abandonando a localização tradicional no cimo de uma elevação, que predominou até o século XVII, constrói-se, a partir da segunda metade do XVIII, pequenas vilas em terrenos planos à margem de rios com

características muito semelhantes às da Vila Real de Santo António. Todas tinham planta retangular, com a maior frente para o rio, e estavam estruturadas em função de uma praça central.

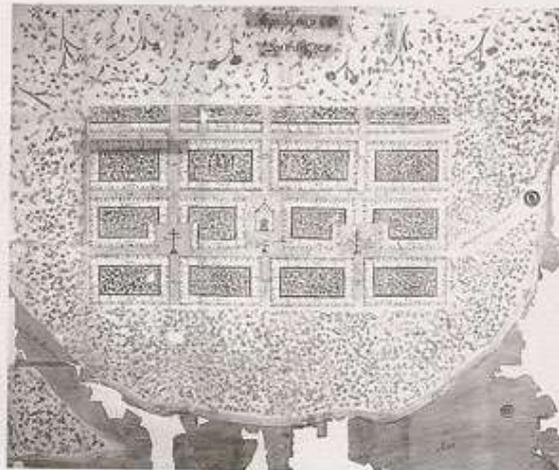
Entre outros exemplos podemos citar a Aldeia de São Miguel, de 1765; a vila anexa à fortaleza de Morabitenas, de 1767, e a Aldeia Maria (1782), todas na Amazônia. Citamos ainda as vilas criadas no sul da Bahia pelo ouvidor José Xavier Machado Monteiro, a saber: Vila Viçosa, de 1769; Nova Vila de Portalegre, de 1772, e a Vila de Alcobaça, de 1774. Coincidência ou não, a planta da Vila Real de Santo António com sua praça central e dois largos menores – o da Fonte e o da Estalagem – tem uma grande

**A Vila Real de Santo António é assim ao mesmo tempo um subproduto e a culminação do exercício urbanístico/arquitetônico e de empreendedorismo imobiliário desenvolvidos durante os primeiros vinte anos da reconstrução de Lisboa ...**

Plano Geral  
da Vila de Santo Antonio  
da Bahia,  
com o nome das ruas  
inventas pelo  
Marquês de Pombal  
e dos edificios  
por Manoel Manoel  
(ACOPIC, D-4544)



Mapa da  
Nova Vila de Portalegre  
(Bahia) - 1772.



III

semelhança com a planta da Nova Vila de Portalegre, mais velha três anos, que apresenta igual estrutura de espaços públicos, como já assinalou Manuel Teixeira (1999, p.285). Semelhança, inclusive, no uso do solo, como a localização da forca, nos dois casos, em um dos pequenos largos. Mas o que diferencia Vila Real de Santo Antonio dos planos de conversão de reduções indígenas em vilas no Brasil é a sua materialização urbanístico-arquitetônica. Enquanto que as plantas das vilas brasileiras eram planos diretores para o futuro, Vila Real de Santo Antonio era uma obra de arquitetura e urbanismo iluminista acabada.

Seu risco, embora gestado nos ateliês da reconstrução de Lisboa, também se diferencia dessa experiência. Vila Real de Santo Antonio, construída ex-novo em um areal deserto, tem caráter mais idealista, enquanto o projeto de Lisboa, incluindo o do bairro das Águas Livres, tinha maior comprometimento com a realidade, com as praças e monumentos que sobreviveram ao terremoto e com a topográfica local. A concepção da Vila Real de Santo António é de uma cidade como obra de arte.

Não obstante sua planta ser ambígua quanto à possibilidade de ampliação, os dois torreões que rematam sua fachada ribeirinha sinalizam, inequivocamente, para uma delimitação do núcleo fundacional. E aqui permitam-me uma comparação, não obstante os dois séculos que as separam. Tal como Brasília, outra cidade iluminista não obstante seu modernismo, Vila Real de Santo Antonio

também teve um "plano piloto" unitário, onde não se podia tirar ou botar nada sem perda de sua unidade original. Neste sentido, as duas urbes citadas diferem muito de outras cidades novas, como as hispano-americanas, cujo "damero" é uma matriz de aplicação universal e crescimento ilimitado.

A Vila Real de Santo Antonio, como Brasília, é uma obra singular, concebida para uma situação dada e, conseqüentemente, funções e dimensões definidas. Este fato coloca um primeiro problema conceitual para sua restauração. No caso de Brasília, a expansão se faria deliberadamente em cidades satélite, separadas do chamado Plano Piloto por um largo cinturão verde. Em Vila Real de Santo Antonio, o plano fundacional, se dissolveu em sua expansão horizontal contingente, quebrando seu perímetro geométrico original.

Seu caráter de cidade obra de arte se evidencia no perfeito entrosamento entre a tipologia arquitetônica e a morfologia urbana. Lote, edificação, quarteirão, praça e perímetro urbano tudo segue a mesma modulação. Modulados são também portas e janelas, sempre múltiplos inteiros de palmos. Uma cidade composta como uma sinfonia, com ritmo e harmonia das partes com o todo e uma linha melódica que se desenvolve no perfil de seus monumentos emergindo do casario chão.

Embora sendo uma urbe das mais representativas do Iluminismo, ela mantém, em grande parte, o espírito da cidade barroca, com seus eixos de composição e simetria,

pontos focais, hierarquias volumétricas e espelhamentos. A cidade está estruturada em função de dois elementos urbanísticos. A praça central interior, onde estão localizados os principais edifícios da administração - câmara, igreja e corpo de guarda - e uma avenida beira-rio, verdadeira rambla voltada para a Espanha, onde se localizam os serviços relacionados com o comércio internacional: alfândega, Cia. Geral das Reais Pescarias do Algarves e Cia. dos Vinhos do Alto Douro.

Esta avenida forma a fachada da vila, com edifícios padronizados e perfeitamente modulados, tendo no centro o grande portal da alfândega coroado pelas armas reais e rematado por um frontão neoclássico. Nas extremidades, dois torreões delimitam a extensão da vila fundacional. Dois eixos de simetria, um longitudinal e outro transversal, se cruzam no meio da Praça Marquês de Pombal, mais exatamente no obelisco em homenagem a D. José I, de onde se irradiam, sintomaticamente, os raios da pavimentação.

Esses dois principais episódios urbanísticos, a praça central e a avenida ribeirinha, são devidamente valorizados com elegantes sobrados com trapeiras totalizando três pavimentos. Todas as demais construções da vila eram originalmente térreas. Tal hierarquização era reforçada pelos mais altos títulos monárquicos adotados na toponímia urbana: Praça Real, atual Marquês de Pombal, e rua da Rainha, hoje Av. da República. Praças e quarteirões têm também suas dimensões hierarquizadas em função da maior ou menor distância do centro da cidade, materializado pelo obelisco de D. José I.

Em qualquer das ruas que a tangenciam, a praça é presentida pela perspectiva dos torreões que marcam suas esquinas. Tudo está hierarquizado e regido pela racionalidade, diria mesmo por uma matriz matemática, como tenta demonstrar João Manuel Gomes Horta (s/d.), o que facilitaria, não só sua pré-fabricação, como a montagem e logística da operação.

Este rigor geométrico seria resultado de um longo processo de formação de engenheiros militares com sólidos conhecimentos matemáticos e geométricos, especialmente a partir de 1647, com a criação da Aula de Fortificação na Ribeira das Naus, em Lisboa, seguidas por quatro outras no Brasil - Bahia, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão e Recife. Na primeira metade do século XVIII criam-se novas aulas de fortificação em Viana, Almeida e Elvas, em Portugal, e uma última em Belém do Pará, no Brasil. Estas experiências se traduziriam em alguns tratados sobre o traçado de fortificações

e cidades, como o *Método Lusitano de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares* (1684) de Luis Serrão Pimentel e, em especial, o *Engenheiro Português* (1728) de Manuel de Azevedo Fortes. A estes se pode acrescentar o propositivo *Tratado de Ruação* (ca.1760), de José de Figueiredo Seixas, que não se restringe à cidade estendendo-se à ordenação do território.

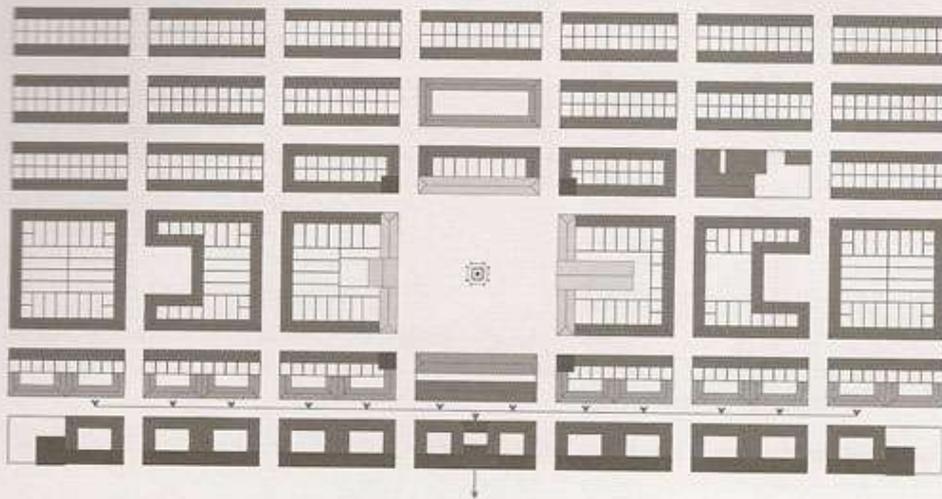
Só essa disciplina possibilitaria a instalação da vila em um espaço de apenas cinco meses. É bem verdade que todas as cidades-novas são construídas às pressas, porque precisam alcançar massa crítica rapidamente, para se consolidarem e não regredirem. Mas neste caso o prazo é verdadeiramente espantoso, especialmente se considerarmos que neste tempo foram construídos doze barcos pesqueiros para início de operação com a instalação da vila. Naturalmente, a conclusão de todas as obras, especialmente o casario privado, só se daria em 13 de maio de 1776, dois anos depois do lançamento da primeira pedra, no dia do aniversário do Marquês de Pombal.

A pré-fabricação, já amplamente testada em Lisboa, seria o principal fator deste sucesso. Mas é necessário lembrar que esta técnica não seria uma inovação dos estaleiros de reconstrução da baixa lisboeta. Desde o século XVI e em maior escala a partir do XVII, soleiras, escadas, cercaduras de janelas e portas, ricas portadas e até fachadas inteiras, como a da igreja dos jesuítas, na Bahia, quando não todo um edifício, como a igreja de Nossa Senhora da Conceição, na mesma cidade, eram confeccionados em canteiras da Metrópole e enviados por barcos para as colônias. A grande inovação das obras da Baixa de Lisboa é a estandarização e a coordenação modular, que possibilitariam a criação de um sistema de pré-fabricação aberto, isto é, em que um mesmo componente podia ser utilizado em edifícios de diferentes funções e porte.

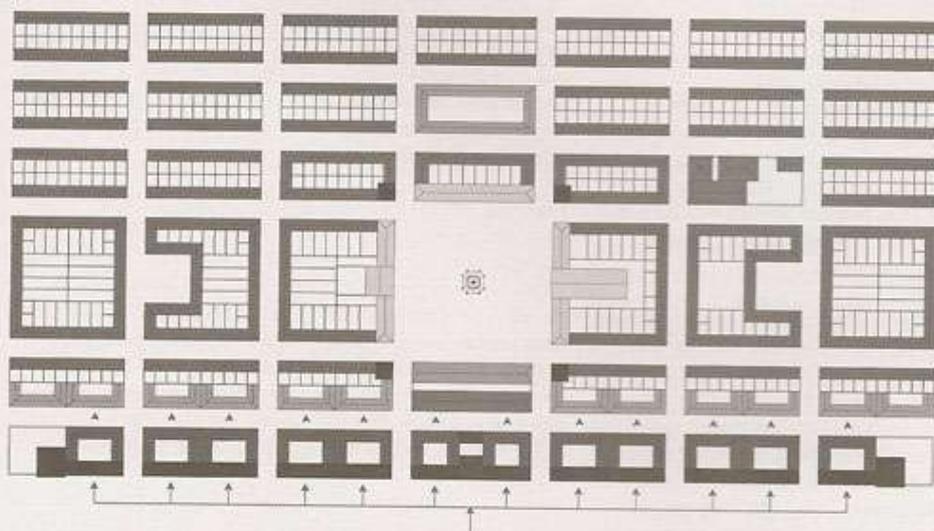
Esta vila tem um lugar especial na urbanística iluminista do Marquês de Pombal. Enquanto a grelha da Baixa de Lisboa pode ser considerada uma matriz tipológica aplicável a muitas situações, a planta da Vila Real de Santo António é um "modelo", na acepção que Quatremère de Quincy dá a esses dois termos em seu *Dictionnaire historique d'architecture...* (1832). "A palavra 'tipo' não representa tanto a imagem de uma coisa a copiar ou imitar perfeitamente quanto a idéia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo (...). O modelo, entendido segundo a execução pratica da arte, é um objeto que se deve repetir tal qual é; o tipo é, pelo contrario, um objeto segundo o qual qualquer um pode conceber obras que não se assemelham entre elas. Tudo é preciso e está dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo".

111

Organização funcional do Plano Pombalino de Vila Real do Srato António com esquema do processamento da salga do peixe

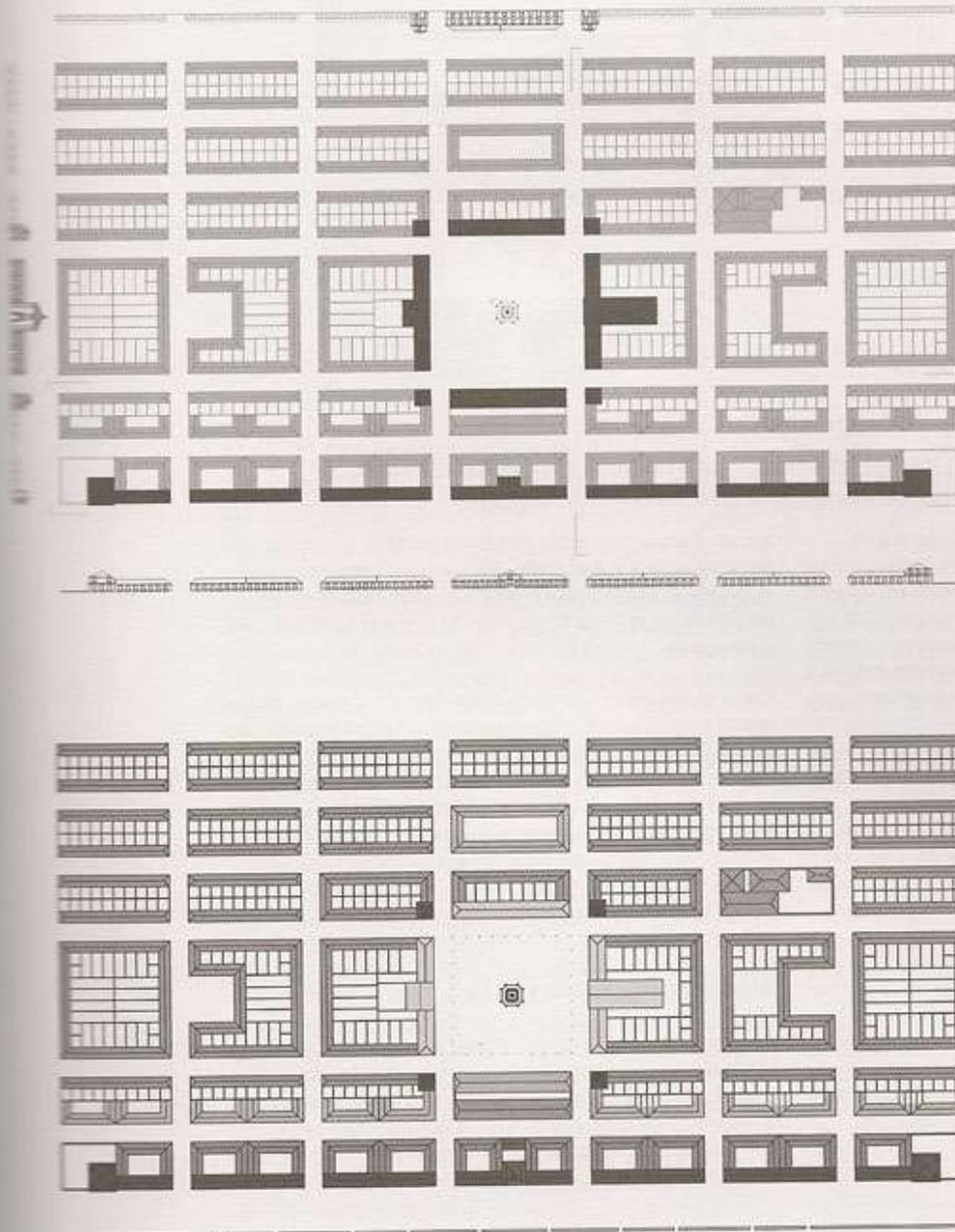


- Alfândega
- Sociedades
- Torreões
- Salgas
- Armazéns
- Mercado
- Câmara
- Casas Nobres
- Igreja
- Aquartelamento
- Casa Assento
- Casas Térreas



Hierarquia volumétrica

Plano Pombalino de Vila Real de São António



- Alfândega
- Sociedades
- Torreões
- Salgas
- Armazéns
- Mercado
- Câmara
- Casas Nobres
- Igreja
- Aquartelamento
- Casa Assento
- Casas Térreas

**A Vila Real de Santo Antonio é um "modelo" na medida que almeja criar uma imagem emblemática de uma nação e de seu governo forte frente ao competidor espanhol. É um modelo quando busca ser uma vila que casa urbanismo e arquitetura em um arranjo único, que não faz concessão a nada, a não ser à simetria e à proporção.**

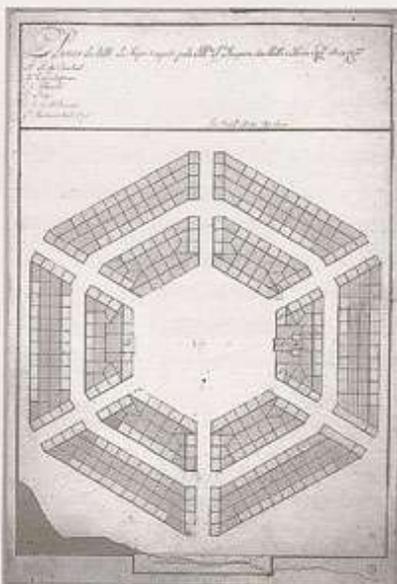
III

A grelha da Baixa Pombalina é um "tipo" porque era um esquema que se adaptava a qualquer situação, aos caprichos da topografia e ao casuísmo das preexistências, sejam eles praças ou monumentos. Esquema que já havia sido utilizado no Bairro Alto de Lisboa e nas colônias, sempre com a mesma universalidade e flexibilidade. O que difere a Baixa dos exemplos anteriores é o rigor de sua geometria urbana e a uniformização de sua arquitetura de inspiração iluminista.

Depois de analisar alguns casos de aplicação do termo "tipo" Antonino Terranova e Francesco Cellini (1980) sintetizam: *"Em cada caso, até agora (analisado), o modelo é um (objeto) único original e concreto que contém um máximo de valores específicos e que se distingue por sua riqueza e perfeição, mais que por seu esquematismo e redução, como ocorre inversamente com o tipo, que é síntese à posteriori classificatória e não criativa de caracteres constantes e não originais, esquematizados segundo alguns critérios possíveis. Com respeito ao tempo, ou se si quiser, às fases do processo, também é possível reconhecer que o modelo se entende prevalentemente como soma de valores reunidos em um objeto, que se propõe ao futuro, enquanto que o tipo é uma categoria lógica de pesquisa seletiva do passado".*

A Vila Real de Santo Antonio é um "modelo" na medida que almeja criar uma imagem emblemática de uma nação e de seu governo forte frente ao competidor espanhol. É um modelo quando busca ser uma vila que casa urbanismo e arquitetura

Planta da Vila de Serpa  
(Amazônia) - séc. XVIII.



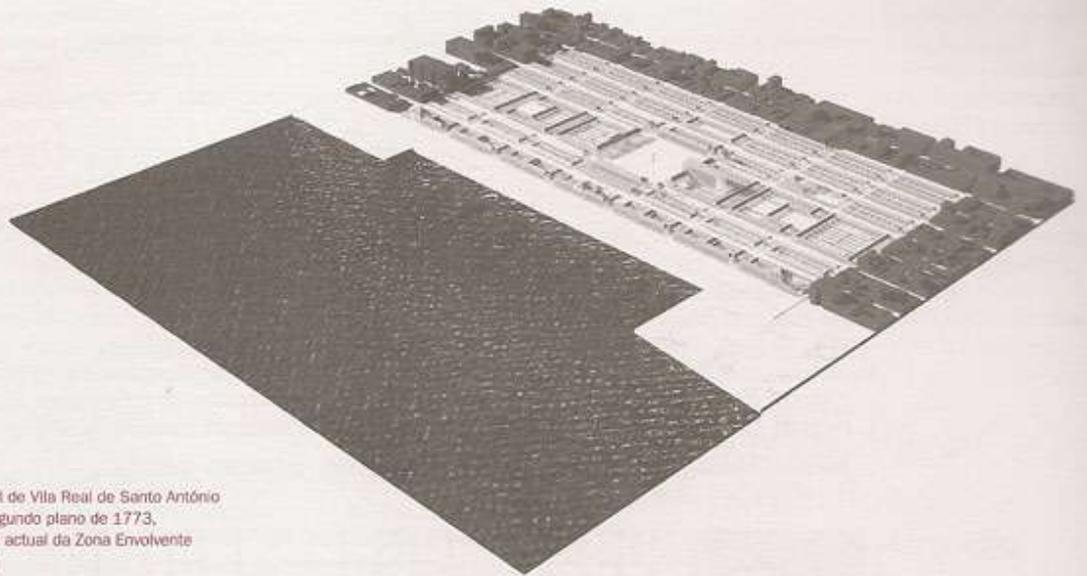
em um arranjo único, que não faz concessão a nada, a não ser à simetria e à proporção. Mas mesmo como um modelo e, portanto, voltado para o futuro, ele não foge as raízes medievais do urbanismo português, com sua trama de ruas e travessas.

Como se pode notar, os conceitos de tipo e modelo se aplicam perfeitamente ao urbanismo pombalino. Assim, pode-se falar de uma tipologia urbanística pombalina, que se aplica a algumas intervenções em Portugal e a inúmeras no Brasil, e de alguns modelos urbanísticos, dentro desta mesma tipologia. Entre estes últimos, destacam-se a Vila Real de Santo Antonio, em sua concretude arquitetônica e o plano, não executado, da Vila de Serpa, na Amazônia, que atingem um grau de perfeição e personalidade que os tornam únicos e irreprodutíveis.

#### REABILITAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Toda esta digressão sobre a fundação e evolução desta vila pode parecer ociosa, mas é fundamental para compreendermos sua reabilitação urbana, como algo mais que o somatório da restauração de seus edifícios, considerando que se trata de uma cidade que foi concebida como uma obra de arte e como tal deve conservada.

Devemos em primeiro lugar diferenciar as questões relativas a reabilitação urbana das de restauração arquitetônica.



Maquete virtual de Vila Real de Santo António de Arenilha, segundo plano de 1773, com volumetria actual da Zona Envolvente (CEARQ 2004)

Reabilitação urbana entendida como estratégia de gestão que procura requalificar a cidade existente com múltiplas ações num processo de planificação integral mobilizando os potenciais sociais e económicos visando melhorar a qualidade de vida da população local e resgatar seus valores culturais. Por outro lado, *"a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro"*, como ensina Cesare Brandi (2004).

Constato, com satisfação, que nesta vila a reabilitação urbana vem sendo encarada de forma participativa dentro da perspectiva do atendimento prioritário às necessidades da comunidade, reconhecendo a dimensão social e ambiental do património. Requalificação que relativiza corretamente pressões externas, sejam do tradicionalismo, que considera os edifícios como documentos com um valor absoluto, impondo-lhes funções do tipo memoriais, museus e arquivos, não necessariamente ligado à consciência e necessidades da comunidade, sejam da pós modernidade, que transforma as cidades em *commodities* na bolsa mediática, para atrair mais turistas e investimentos, subordinando-a, prioritariamente, à espetacularidade dos cenários vazios de significados. A correta colocação do problema, como aqui presenciamos, assegura as condições mínimas de sua preservação como cidade de arte viva e dinâmica.

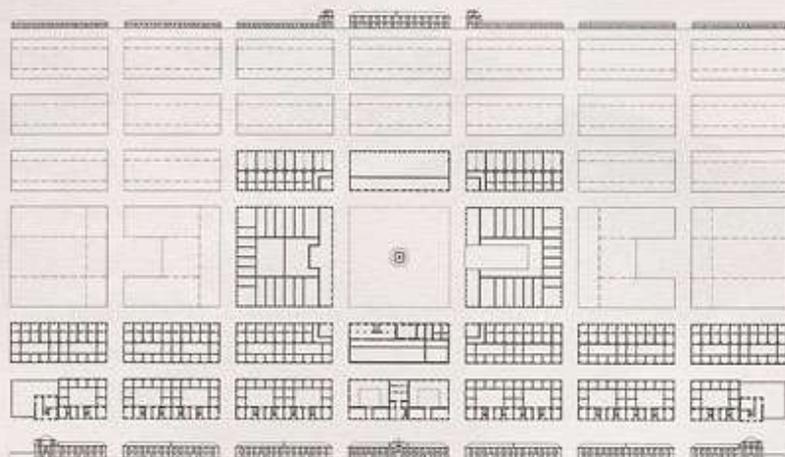
O grande desafio atual da Vila Real de Santo Antonio é como preservá-la sem engessá-la, sem impedir seu desenvolvimento. Para equacionar esta questão temos que identificar qual a sua essência, o que a torna diversa das demais cidades, quais as intenções de seus fundadores. Só através da compreensão desses princípios podemos, não apenas conservar, como desenvolver esta cidade de forma sustentada.

Vila Real de Santo Antonio foi fundada sobre uma fronteira, sob a proteção da fortaleza de Castro Marim, com dois propósitos, um interno, de marcar a presença do poder central numa região subdesenvolvida e pouco integrada à nação, e outro externo, de fazer ver a seu desafiante, a Espanha, sua determinação em proteger seu território e produtos, especialmente a sardinha. Para atingir estes dois objetivos, o Marquês de Pombal determinou a criação um núcleo de povoação estável, que fosse o guardião dessa política.

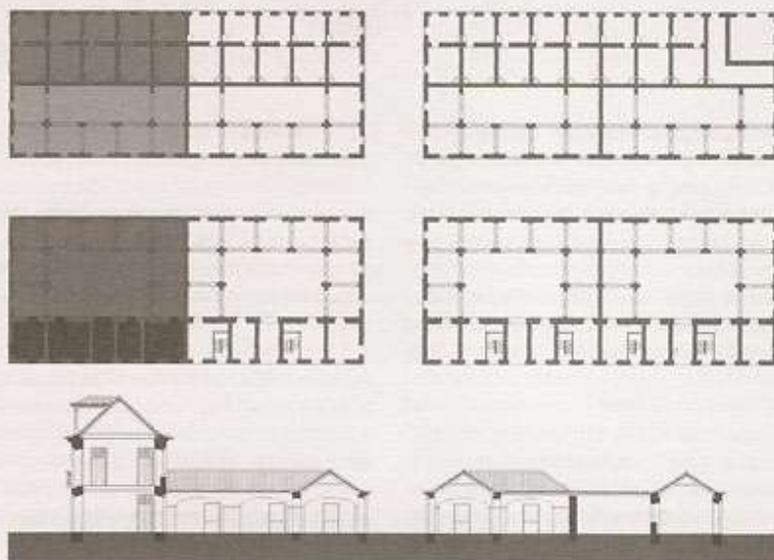
Entendo que Vila Real de Santo Antonio tem três escalas que precisam ser preservadas: a *Geopolítica*, relacionada com a situação do Algarves frente ao mar e à Espanha; a cívica e monumental, relacionada com a afirmação do poder central, que pode ser designada de escala *Imperial*, como reza seu nome, e a local ou escala *Comunitária*.

Estas três escalas estão claramente definidas em seu plano, com um centro, a atual Praça Marquês de Pombal, onde estão

III



\*Organização  
Tipológica segundo  
o Plano original da cidade,  
com Alçado da Baixa-Mar  
e Alçado Poente da Praça  
e da Rua do Príncipe  
e pormenorização  
dos quarteirões  
das Sociedades\*,  
(Susete Pereira)



os principais edifícios da administração civil e religiosa; uma avenida ribeirinha, ou frente externa, que mira o mar-oceano e a Espanha, onde estão o porto, a alfândega e os armazéns e, finalmente, o casario térreo dos moradores locais.

Embora a Europa esteja unificada e já não exista mais disputa com a Espanha, estas três escalas de valores continuam existindo, pois sempre existirá uma fronteira geográfica, cultural e lingüística a suscitar trocas. Esta vila é um dos portões naturais de entrada de Portugal, especialmente depois

da construção da bela ponte-harpa sobre o Guadiana. Hoje, como então, pequenos comerciantes e famílias inteiras espanholas cruzam o rio, não mais para contrabandear sardinha e acampar em suas areias, senão para comprar tecidos e confecções, provar novos sabores, beber um Porto, ouvir um fado ou, simplesmente, banhar-se nas praias de Monte Gordo.

A monumental praça central e a rua da Rainha, atual Av. da República, com sua arquitetura unitária seguem projetando

a sombra omnipresente do Marquês de Pombal. Esta cidade soube empurrar para Monte Gordo a agitação convulsiva do turismo dos três S – *sun, sea and sex* – e manter-se como um centro administrativo e residencial ameno e tranqüilo.

É com o fortalecimento de suas funções tradicionais que a Vila Real de Santo Antonio poderá não só viabilizar sua conservação, como estruturar seu desenvolvimento. A cidade pode se transformar em um centro de serviços avançados para toda a região, para Castro Marim, Monte Gordo e Ayamonte. Ser uma efetiva cidade das luzes, como centro de cultura, eventos e formação com unidades da Universidade do Algarves e outras. Poderá complementar sua tradicional função portuária com um porto seco, rodoviário, para compradores espanhóis e franceses, livrando seu centro do comercio varejista de produtos de pouco valor agregado.

Com relação a sua restauração física, uma primeira questão refere-se ao fato de seu plano fundacional ter se dissolvido na expansão horizontal da atual cidade, dificultando a percepção do assentamento original. Ao contrario de Brasília, o crescimento da Vila Real de Santo Antonio se fez de forma continua e seguindo os mesmos eixos do desenho original, o que não é necessariamente mal, mas dificulta sua leitura pelo visitante menos avisado.

Este inconveniente poderá ser corrigido com medidas simples, como a diferenciação da pavimentação, da iluminação e das cores dos edificios da mancha matriz com respeito ao resto da cidade. Não é má idéia deslocar a marina da Av, da República para facilitar a visão da vila desde o Guadiana e vice-versa. Duas moles ao lado dos torreões delimitadores da sua fachada urbana ajudariam a definir melhor a extensão original da vila e possibilitar perspectivas de sua cara fluvial. Ainda com respeito a sua imagem é conveniente que se estude um plano de massas capaz de fazer a transição volumétrica da mancha fundacional para a área de expansão urbana de forma gradual, evitando-se uma desvalorização ou inversão dos valores imobiliários do centro com respeito à periferia.

A restauração e adaptação dos imóveis que formam os três grandes conjuntos edificios da vila original - Praça Marquês

de Pombal, Av. da República e casario residencial - deve ser feita com base na compatibilidade das suas tipologias arquitetônicas e os novos usos, substituindo-se o tradicional *zoning* por um mapa tipológico com suas compatibilidades funcionais. Para isto o trabalho de Rui Figueiras (1999) constitui um instrumento valioso.

Em suma, a preservação do núcleo pombalino da Vila Real de Santo Antonio passa, necessariamente, pela manutenção da centralidade hegemônica da Praça Marquês de Pombal, pela abertura franca da cidade para o Guadiana e pela manutenção de seu caráter plurifuncional, com especial ênfase na habitação. Tudo mais deve se subordinar a estes três princípios. Este é o meu entendimento. □

**Em suma, a preservação do núcleo pombalino da Vila Real de Santo Antonio passa, necessariamente, pela manutenção da centralidade hegemônica da Praça Marquês de Pombal, pela abertura franca da cidade para o Guadiana e pela manutenção de seu caráter plurifuncional, com especial ênfase na habitação. Tudo mais deve se subordinar a estes três princípios. Este é o meu entendimento.**

**Bibliografia sobre o tema:**

BRANDI, Cesare.  
2004 - *Teoria da Restauração*. Cotta, SP: Ateliê Ed.  
Câmara Municipal da Vila Real de Santo Antonio

S/O. *Vila Real de Santo Antonio, Cidade de suaves mutações. Um século de fotografia*. V.R.S.A.

FIGUEIRAS, Rui.  
1999 - *Vila Pombalina*. V.R.S.A.: Câmara Municipal da Vila Real de Santo Antonio.

HORTA, João Manuel Gomes.  
S/O. *Base de Intervenção de Salvaguarda e Reabilitação Patrimonial da Zona Histórica Pombalina de Vila Real de Santo Antonio* (inédito).

HORTA CORREIA, José Eduardo.  
1994 - *Vila Real de Santo Antonio. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. 2 v. Lisboa: Tese de doutoramento, FCSH UNL.

ROSSA, Walter.  
1997 - *A Cidade Portuguesa* in PERREIRA, Paulo (Dir.) *Historia da Arte Portuguesa*, v.3, p.233-323. Lisboa: Temas e Debates.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida.  
1999 - *Urbanismo português, séculos XIII-XVIII, Portugal e Brasil*. S.L.: Livros Horizonte.

TERRANOVA, Antonino e CELLINI, Francesco.  
1980 - *Nota-tíche sobre "tipo" e "modelo"* in QUARONI, Ludovico. *Proyectar un edificio, ocho lecciones de Arquitectura*. Madrid: Kairós.